



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1003647-49.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Tratamento Médico-Hospitalar**  
 Requerente: **SYLVIA HELENA MAIELLO CAMARGO**  
 Requerido: **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação Ordinária, com pedido de tutela antecipada, proposta por **Sylvia Helena Maiello Camargo** contra o **Município de São Carlos** e a **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**, sob o fundamento de que padece de Insuficiência Renal crônica, evoluindo com Hiperparatireoidismo secundário, patologia que requer acompanhamento médico contínuo e tratamento farmacológico, sendo que, devido a implicações cardiovasculares com alto risco de morte, lhe foi prescrito o uso do fármaco CINACALCET 30mg, 06 comprimidos ao dia, totalizando 180 comprimidos ao mês, não tendo condições de manter o tratamento indicado.

Pela decisão de fls. 26/28 foi deferida a antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional, determinando-se ao Entes Públicos requeridos que adotassem as providências necessárias para aquisição e fornecimento à autora, da medicação, conforme prescrição médica juntada à inicial.

Contestação do Estado de São Paulo às fls. 44/52. Preliminarmente, arguiu a inépcia da inicial, sob a alegação de que o pedido é genérico e incerto, sendo a autora amparada pelo Poder Público para o tratamento de sua doença, um vez que o SUS fornece gratuitamente o medicamento calcitriol, sevelame e carbonato de cálcio. No mérito frisou que a autora busca o alargamento do rol de medicamentos e insumos que são fornecidos gratuitamente por meio do SUS para o tratamento da doença renal crônica e consequente hiperparatireoidismo secundário. Alegou que o medicamento prescrito a ela não está em conformidade com o Protocolo Clínico de Diretrizes Terapêuticas, sendo que os documentos que acompanham a inicial não comprovam a eficácia do tratamento com a medicação pleiteada, não sendo demonstrada a imprescindibilidade de adoção do fármaco



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

prescrito. Requereu a improcedência do pedido.

O Município de São Carlos apresentou contestação às fls.54/67, alegando, preliminarmente, carência da ação por ilegitimidade de parte e falta de interesse processual. No mérito, alegou que o medicamento pleiteado não é padronizado pela REMUNE e não faz parte do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF) "Alto Custo". Aduz que a saúde não está prevista como um direito individual da pessoa, mas sim um direito social, de efetivação programática e requereu a extinção do processo sem resolução do mérito, ou, alternativamente, a improcedência do pedido, ou que seja determinado ao corréu, Estado de São Paulo, que arque com o tratamento excepcional requerido.

Réplica apresentada às fls. 75/85.

### **É O RELATÓRIO.**

### **PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.**

O processo comporta imediato julgamento, a teor do disposto no inciso I do art. 330, do Código de Processo Civil, tratando-se de matéria de direito a ser apreciada, sendo satisfatória a prova documental já existente nos autos para apreciação das questões fáticas.

Não há que se falar em pedido genérico, pois a autora descreveu a moléstia que a acomete e requereu provimento jurisdicional que lhe garanta a manutenção de sua saúde, buscando-se o fornecimento do medicamento necessário ao tratamento de sua doença e não a concessão de um determinado medicamento.

Por outro lado, acompanham a inicial o relatório e receituário médico, sendo esses os documentos necessários ao conhecimento do pedido.

Afasto a preliminar de falta de interesse de agir, arguida pelo Município de São Carlos, pois a Constituição Federal, em seu artigo 5º, XXXV, consagra o princípio da inafastabilidade do Judiciário em caso de lesão ou ameaça de lesão aos direitos dos cidadãos, até mesmo porque, caso a autora tivesse logrado êxito em obter o medicamento pleiteado, por óbvio, não teria ingressado com a presente demanda, custosa e demorada.

Por outro lado, também não é o caso de se reconhecer a ilegitimidade passiva do Município, pois a saúde configura direito líquido e certo de todos, e o Estado, em todas as suas esferas de governo e solidariamente, tem o dever de assegurá-la, sob pena



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**

de tornar letra morta os artigos 6º e 196, ambos da Constituição Federal.

No mais, o pedido comporta acolhimento.

Cabe aos Estados e Municípios ter em seu orçamento verbas destinadas ao gasto com medicamentos e acessórios necessários à saúde, para a população, cujos preços extrapolam as possibilidades econômicas dos desprovidos de rendimentos suficientes, como é o caso da autora, pelo que se observa da declaração de necessidade de fls. 17.

A questão relativa à responsabilidade solidária e ao repasse de verbas deve ser resolvida no âmbito administrativo entre o Município, o Estado e a União, que integram o Sistema Único de Saúde. A cooperação financeira entre essas entidades e a falta de recursos não pode servir de escusa para o não fornecimento de medicamento e acessórios necessários à saúde, sob pena de acarretar à população grave dano à sua saúde.

Até porque a presente questão não está ligada à viabilidade econômica do Poder Público em atender os necessitados, mas sim à necessidade de resguardar um direito do cidadão.

O direito à saúde, além de ser um direito fundamental que assiste a todas as pessoas, representa consequência constitucional indissociável do direito à vida e a dignidade da pessoa humana. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir em grave comportamento inconstitucional.

Com efeito, incide sobre o Poder Público a obrigação de tornar efetivas as prestações de saúde, incumbindo-lhe promover medidas preventivas e de recuperação que, fundadas em políticas idôneas, tenham por finalidade viabilizar a norma constitucional.

Não basta, portanto, que o Estado meramente proclame o reconhecimento formal de um direito, seja ele integralmente respeitado e plenamente garantido, especialmente naqueles casos em que o direito – como o direito à saúde – se qualifica como prerrogativa jurídica de que decorre o poder do cidadão de exigir, do Estado, a implementação de prestações positivas impostas pelo próprio ordenamento constitucional.

Além disso, a autora demonstrou, como já visto, que não possui condições financeiras para arcar com o custo do tratamento (fls. 17).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

Por outro lado, o relatório de fls. 19, firmado por médico pertencente ao Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto, que oferece tratamento pelo SUS, indica que a autora "não pode fazer uso de calcitriol por estar com cálcio muito alto e que, no momento, a única opção é o uso do cinacalcete".

Além disso, a autora trouxe aos autos prescrição do medicamento feita por médica da rede pública de saúde (fls. 23).

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 269, I, do Código de Processo Civil e **PROCEDENTE** o pedido, confirmando a tutela antecipada, para tratamento com o medicamento cinacalcete 300 mg.

Diante da sucumbência, condeno os requeridos, solidariamente, ao pagamento das custas processuais, na forma da lei e dos honorários advocatícios que fixo, por equidade, em 700,00 (setecentos reais).

**P. R. I.**

São Carlos, 15 de setembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**